



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XIII - Nº 231 - DE 28 DE JANEIRO A 11 DE FEVEREIRO DE 2002- R\$ 1,00

**O assassinato de Celso Daniel é um crime político e deve ser denunciado como tal.**

**A burguesia, seus governos e seu aparato repressivo são responsáveis.**

**O reformismo se acovardou diante da onda de crimes políticos e tenta obter saldo eleitoral.**

**As massas não devem confiar nos tribunais patronais.**

**TRIBUNAL POPULAR PARA  
JULGAR E PUNIR DE VERDADE!**

**ARGENTINA:**

**As massas lutam com independência e vão pondo abaixo os governos burgueses.**

**Em todo o mundo, os trabalhadores devem apoiar a mobilização revolucionária**

# Quinzena de Luta do Movimento Operário

## **Fábrica da Ford em São Bernardo tem a produção reduzida**

A produção na fábrica da Ford em São Bernardo foi retomada no dia 14, após um mês de interrupção, em ritmo aproximadamente 35% menor. A produção em São Bernardo foi reiniciada com patamar em torno de 420 unidades diárias — entre carros e caminhões —, contra média normal de 650. E deve se manter assim por pelo menos dois meses. A fábrica tem 4.200 funcionários, 3.500 na produção (2.800 na de automóveis e 700 na de caminhões).

A redução preocupa os metalúrgicos, mas estes ainda se enganam com o acordo traidor assinado no ano passado pela direção sindical, que diz garantir estabilidade no emprego até 2006. Mesmo com o plano de reestruturação mundial da empresa que inclui a demissão, até 2005, de 35 mil funcionários em todo o mundo, 22 mil nos Estados Unidos. Neste ano, as unidades da Ford na América do Sul (Brasil, Argentina e Venezuela) devem sofrer 1.600 cortes. E dos 260 empregados da área administrativa que foram obrigados a aderir a um programa de demissões voluntárias.

Os operários devem iniciar sua organização independente no interior da fábrica, não acreditar nos acordos traidores da direção corrompida e se preparar para resistir com luta aos ataques da patronal.

## **DaimlerChrysler vai demitir temporários**

A DaimlerChrysler não irá renovar os contratos por prazo determinado de 336 trabalhadores na fábrica de Juiz de Fora. A vigência desses contratos termina em 6 de fevereiro. O motivo alegado é a redução da produção do Classe C, modelo destinado ao mercado americano. Por causa desta diminuição, o segundo turno será suspenso. Como já havíamos dito quando da implementação destes contratos por tempo determinado (temporários). O objetivo das multinacionais ao impor este pacote aos trabalhadores é o de poder explorar ao máximo a força de trabalho pagando o mínimo possível e, quando não precisar mais, simplesmente a dispensa sem precisar pagar

nada. Devemos nos organizar e dar um basta a estas leis anti-operárias, organizar empregados e desempregados na luta por emprego para todos.

## **Morto diretor dos condutores de SP**

O sindicalista José Leidson Anselmo Rodrigues foi assassinado com oito tiros na porta de sua casa, na Cidade Dutra, Zona Sul de São Paulo. Era diretor de saúde do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Urbanos de São Paulo (novo nome do Sindicato dos Condutores), José substituía desde o início do ano Marco Antônio Coutinho da Silva que vem sofrendo ameaças, a exemplo do que ocorria com José. Segundo ele, em julho de 2001, sofreu atentado no Jardim Ângela e José era a única testemunha para identificar o criminoso. O sindicalista, que foi afastado das funções pela comissão de ética da entidade, acusou a atual diretoria do sindicato de persegui-lo. Desde que a gangue que se apoderou do sindicato (O Resgate) se tornou majoritária, mesmo antes de se bandar para a Força Sindical, já víamos as atrocidades que cometiam. Suas operações gangsteris que eliminavam qualquer um que se metia em suas falcatruas. Na área de saúde é ainda pior pois ali são negociadas as propinas dos convênios de saúde. As empresas de saúde privada pagam muito dinheiro para que determinada garagem fique com este ou aquele convênio e isto gera atrito aos bandos em luta no interior do sindicato.

## **Mudanças no transporte coletivo trazem insegurança a condutores**

A insegurança tomou conta de motoristas e cobradores que trabalham nas empresas que estão fora dos oito consórcios (Arc, Âmbor I e Âmbor II, TB Bus, Eletrobus, Cruz da Colina e Vitória).

Isso acontece porque os acordos feitos entre a diretoria do Sindicato dos Condutores, as empresas e a Prefeitura petista não foram decididos pelos trabalhadores e estes não concordam com o que foi negociado.

Sem se identificar por temer represálias, motoristas e cobradores criticam o novo modelo de transportes concentracio-

nista da prefeitura petista. Eles querem receber os direitos trabalhistas, como o FGTS e a multa de 40% das companhias onde trabalham. Pelo acordo firmado, os ex-funcionários não vão receber os direitos trabalhistas, porque serão transferidos para outra empresa. No entanto, a maioria das empresas que vão ficar fora do sistema (e que vão fechar) não depositou as contribuições do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Algumas devem o FGTS e os encargos previdenciários há cinco anos. Apenas a dívida do FGTS é de cerca de R\$ 30 milhões.

Apesar da disposição de luta que os trabalhadores demonstraram procurando iniciar uma luta contra as demissões e o corte do FGTS, a direção sindical conseguiu impor o acordo traidor à categoria. Está na hora dos condutores varrerem esta direção traidora, a partir da organização das comissões de garagens independentes

## **Natura terceiriza 300 trabalhadores e demite 100**

Dos 500 empregados do teleatendimento, 300 serão contratados pela terceirizada CSU e cerca de 100 vão ser dispensados. A fabricante de cosméticos estará terceirizando o atendimento pelo telefone de suas três centrais, localizadas em Santo Amaro, até o final de fevereiro.

Segundo a Natura, os trabalhadores serão transferidos para a CSU e vão trabalhar em local próximo ao Vale do Anhangabaú. Cerca de 100 e aqueles que não aceitarem a mudança serão demitidos.

Para tentar fazer com que todos aceitem as mudanças dizem que vão receber um pacote de benefícios para a saída que inclui: a miséria de meio salário por ano trabalhado, assistência médica por apenas três meses, pagamento de bolsa-educação e auxílio-creche somente até o final do ano. Como está se tornando praxe, este acordo traidor foi fechado com o Sindicato dos Comerciantes de São Paulo. Está na hora dos trabalhadores comerciantes começarem a se levantar contra as arbitrariedades da direção sindical. É necessária a construção das comissões independentes por locais de trabalho. E organizar a partir delas um movimento de resistência as demissões e ao trabalho temporário.

## Onda de crimes?

# A criminalidade é produto do capitalismo

A onda de seqüestros vem apavando a burguesia e a pequena-burguesia abastada. Com ela, ressalta o crescimento de todo tipo de criminalidade. A execução do prefeito Celso Daniel (PT-Santo André) agigantou o problema. Ocorre que se trata de um tema imprescindível em qualquer processo eleitoral. Os partidos, candidatos e governos convergem numa grande disputa de denúncias, sugestões, políticas de segurança etc. Todos procuram arrastar a população para a idéia de que o novo governo deve dar prioridade à segurança pública.

As críticas e soluções milagrosas viriam de mais dinheiro para a segurança, correção dos desvios policiais (corrupção, inoperância, má formação), reforma do judiciário, da legislação e conquista do apoio da população para conter o fluxo crescente das ações criminosas. As mais variadas correntes partidárias reconhecem que existe um fundo social para tamanho descalabro. Mas argumentam que o desemprego, pobreza e miséria não justificam o ponto a que chegou a violência criminosas.

A repressão é o remédio amargo, mas eficaz, uma vez que o crime organizado e não-organizado só se intimida e recua diante de uma poderosa máquina policial. O governo federal e os governadores mostram que estão aplicando uma considerável soma para aparelhar essa máquina. Um Plano Nacional de Segurança foi lançado há pouco tempo por FHC como resposta às pressões dos acontecimentos e dos choques políticos em torno da questão.

Os opositores de diferentes naipes respondem que não se trata apenas de verbas e aparelhamento, mas fundamentalmente de uma concepção de segurança. Por esse caminho, referem-se à formação do policial, tecnicidade, prevenção e, sobretudo, à erradicação da banda podre da polícia, judiciário e outras esferas do Estado. Haveria de ter um saneamento para que a polícia se tornasse confiável à população. Há aqueles que querem atribuir ao exérci-

to a função policial, tamanha a desmoralização da polícia.

Essa tônica advém do fato da polícia ter sido identificada como participante e protetora dos mais variados tipos de crime. Coloca-se também que as greves nas polícias civil e militar são indicadores de que não se tem um braço armado seguro. E que, portanto, será necessário coibir as atividades políticas entre os policiais e melhorar seus ganhos.

Esse resumo abarca o conjunto de posições do governismo à oposição, incluindo o PT. Há um ponto em comum para eles: é preciso responder à criminalidade com mãos de ferro pela polícia. Apesar de haver nuances quanto ao "mãos-de-ferro", ora envolvendo-a com as recomendações dos "direitos humanos", ora desconhecendo-as, estão de acordo que todo problema tem de passar pela polícia.

O acordo de que é preciso um policiamento ostensivo e de combate à criminalidade se explica pelo fato de governismo e oposicionismo, de direita e esquerda reformista, responderem aos interesses patrimoniais da burguesia e da classe média alta. O reconhecimento de que a violência marginal atinge também os assalariados, que se vêem cotidianamente confrontados com assaltos e mortes, é uma necessidade dos políticos burgueses e seus porta-vozes (especialistas, juristas, jornalistas etc) de obscurecerem que a criminalidade é filha pródiga do capitalismo. Procura-se evitar a explicação de fundo do porquê os criminosos vêm se tornando cada vez mais violentos, armando-se como um exército, ramificando-se por todos os póros da sociedade e agindo com uma ousadia fora do comum.

Ocorre que as quadrilhas com esse perfil fazem parte do funcionamento econômico e social do capitalismo. Basta que se verifique que lavagem de monumental somas de dinheiro conta com a colaboração de bancos, empresas etc. Têm a seu serviço parlamentares, juizes, governantes e policiais. Circula abundante massa de capital proveniente do narcotráfico, contra-

bando e jogatinas, instalada no intestino da economia burguesa.

Esse funcionamento potencializa a necessidade do Estado inchar seu aparato repressivo para disciplinar o fenômeno do crime organizado que faz transparecer a anarquia e a decomposição da sociedade burguesa. A quantia cada vez maior do orçamento destinado à segurança, por sua vez, movimenta a indústria de armas, carros, comunicação, confecções etc. Também faz proliferar a "indústria" da segurança particular. Há um verdadeiro exército privado (paralelo ao do Estado) organizado pela burguesia (bancos, indústrias, latifúndios etc), que serve inclusive à classe média abastada.

Tal aparato constitui um custo elevadíssimo. Expressa a movimentação parasitária do capital. Quem paga a maior parte desse parasitismo são os assalariados, que arcam com os impostos e os altos preços dos produtos. A referida segurança pública não é senão a segurança do capital.

Não há como conter a criminalidade no interior do capitalismo, porque ela é parte de seu funcionamento. Os trabalhadores que recebem todo o impacto da violência reacionária do Estado e da opressão de classe não devem deixar obscurecer suas vistas com as campanhas de mais armamento e mais polícia para se chegar "a paz, justiça e segurança", bandeira desfraldada a cada crime bárbaro que atinge a esfera da classe dominante e de seus agregados da classe média.

Os operários e demais oprimidos sofrem a maior violência de todas: a intensa exploração, o desemprego em massa e os salários miseráveis. Violência que inclui a transformação de uma parte dos trabalhadores e da juventude em marginais.

É preciso sim acabar com toda violência própria da barbárie burguesa. O remédio está na organização da classe operária em um partido revolucionário e o trabalho incansável para destruir o poder econômico e político da burguesia através da revolução proletária.

# Exploradores, governos e oposição reformista unidos pela “paz, justiça e segurança”

O seqüestro, seguido da execução do prefeito petista de Santo André, Celso Daniel, trouxe à tona a ameaça de morte sofrida pelos prefeitos do PT e o assassinato de Antônio da Costa Santos (Toninho), de Campinas.

O governador Geraldo Alckmin, traduzindo a orientação da polícia, correu a dizer que poderia se tratar de um crime político, mas que esta era apenas uma das hipóteses. No PT, houve aqueles que tiveram a convicção de que se tratava do cumprimento das ameaças; e outros que não descartavam outras hipóteses. Foi preciso uma reunião para que o partido acentuas-se a caracterização de crime político.

O tom principal dos noticiários foi o da segurança pública e da violência marginal que caminha a soltas. Procurou-se evitar a acusação de crime político. Do Presidente da República ao governo de São Paulo, envolvendo os principais cabeças dos partidos oficiais da burguesia e representantes do empresariado, acalentou-se a campanha de que era necessário unir a todos, ricos e pobres, exploradores e explorados, situação e oposição, num único movimento contra a violência e pela segurança. Alckmin e FHC declararam: “guerra à violência”. Eis o chamado de FHC: “Queria convocar os brasileiros e brasileiras para que sejamos cada vez mais unidos na busca da paz entre nós”.

O PT em nenhum momento questionou essa hipocrisia e fez parte dela. No velório de Celso Daniel, a orientação petista foi a de levantar a bandeira da paz, clamando por justiça, exigindo mais segurança e pedindo que as autoridades supremas esclarecessem o crime, não permitindo que ocorresse a mesma omissão no caso do assassinato do prefeito de Campinas. Representantes das várias Igrejas ocuparam a cena com o ato multi-religioso e multipartidário pela paz.

Ocorre que as ameaças recebidas pelos prefeitos do PT foram levadas ao Ministro da Justiça e à Polícia Federal, sem contudo merecer qualquer consideração por parte do governo FHC e do braço armado do Estado. A execução de Toni-

nho, em setembro, permaneceu obscura. O PT criticou a falta de empenho das autoridades policiais e do governador de São Paulo para esclarecer o assassinato. Frente a eliminação de Celso Daniel, o PT se achou com mais energia para cobrar de FHC um plano de segurança pública nacional. Atendeu ao convite do Presidente da República. Lula foi recebido no Palácio do governo protegido por batedores e como uma autoridade de Estado. Encontraram-se como amigos de uma mesma causa.

Celso Daniel foi sepultado e os governantes, juntamente com o PT, encerraram a nacional teatralização da paz, justiça e segurança.

## Que “paz, justiça e segurança” se pretende?

O assassinato de Celso Daniel ocorreu em meio à discussão política sobre a violência urbana e segurança pública. O aumento da criminalidade e uma de suas modalidades, que é o seqüestro, recolocou o velho tema da insegurança no quadro do processo eleitoral.

A classe média e a burguesia têm sido acoçadas pela onda de seqüestro, em vários casos seguidos de morte. Ressalta-se que a violência chegou às portas também dos mais pobres, que são corriqueiramente assaltados e assassinados. Mas sabemos que o problema está no fato de atingir a burguesia e a classe média alta. Essas classes é a que fazem pressão sobre os partidos e o Estado. A maioria explorada arca com toda a putrefação do capitalismo e não pode contar com a proteção de seus próprios algozes (a burguesia e seu Estado).

A bandeira de plano de segurança nacional pública e as mais variadas propostas de aperfeiçoamento do aparato policial e carcerário estavam em pleno debate por todos os partidos representados no Congresso Nacional. As vezes eram unânimes em torno da idéia de que é preciso vencer a “guerra contra o crime”. O governo se defendia mostrando o quanto vinha aplicando em materiais

de segurança, o andamento de seu Plano Nacional de Segurança Pública e os resultados positivos. O PT, por intermédio do deputado José Genoíno, indicava a revisão que vinha fazendo quanto ao problema da violência urbana e da segurança. Em uma entrevista de grande repercussão, Genoíno defendeu a conhecida bandeira da direita malufista de “pôr a Rota nas ruas”. O que significa combater a criminalidade com assassinatos pela polícia. Essa é a história da Rota.

Nem bem o parlamentar petista externava sua opinião fascizante da polícia, Celso Daniel foi executado. O fato serviu para potencializar ainda mais as tendências policiaescas e militarizantes do problema social da criminalidade. Ergueu-se o espectro da pena de morte e prisão perpétua.

A contraposição entre paz e violência serve para mascarar o fenômeno geral e, em particular, o assassinato do prefeito. O palavreado governamental de que existe uma guerra da marginalidade contra a sociedade, que atinge a todos, serve para justificar a impossibilidade da burguesia solucionar as causas econômicas e sociais e para fortalecer o braço armado do Estado.

A criminalidade crescente corresponde à desintegração do sistema econômico capitalista, que comparece nas constantes crises, desemprego em massa, empobrecimento contínuo da maioria, alta concentração de riqueza nas mãos da minoria e agigantamento do parasitismo financeiro. O chamado crime organizado, que conta portanto com o capital, tem seus tentáculos penetrados profundamente em todas as instâncias do Estado. O próprio Estado abriga em seu interior verdadeiras quadrilhas. A corrupção generalizada reflete o apodrecimento do capitalismo. A expansão da criminalidade e de suas formas mais violentas são estertores da sociedade de classe em decomposição.

De que paz, justiça e segurança falam governantes e oposição reformista? Trata-se de procurar tranquilizar a burgue-

sia e a classe média alta agigantando o aparato policial e militar. Os exploradores, que matam o povo de fome, não se sentem seguros com toda a sua riqueza e seu fantástico sistema de segurança particular. Precisam do uso de toda força e violência do braço armado do Estado para exterminar os criminosos. Esse é o sentido de pôr a Rota na rua, do Plano de Segurança Pública, pena de morte, prisão perpétua, unificação das polícias, polícia científica, aparelhamento tecnológico, milhões para o orçamento de segurança, aumento do sistema prisional, privatização dos prisões etc.

### **PT colabora com a montagem burguesa sobre segurança**

O Presidente FHC e o governador Alckimin imediatamente mobilizaram a máquina de propaganda para divulgar novas medidas de segurança. Trataram o assassinato de Celso Daniel como mais um caso de violência na onda de seqüestro comum. FHC reuniu-se primeiro com Alckimin para dar publicidade ao governador de São Paulo, que vinha sendo acusado de inoperante nas investigações de criminalidade. No dia seguinte, recebeu Lula para declarar sua solidariedade e projetar a política de segurança do governo federal.

Os petistas derramaram-se em considerações sobre segurança pública, colocando o assassinato do Celso Daniel como preocupação diante da generalização do crime organizado, da corrupção da polícia e da sua ineficiência. O fundamental que era a denúncia de crime político e a responsabilização do governo ficaram em último plano. Dissolveu-se a natureza do crime e suas motivações.

Os petistas entraram nas manobras do governo FHC/Alckimin não por acaso ou por incompetência política. Não fizeram senão expor seus interesses eleitorais, embora tenham declarado que não se tratava de tirar proveito da morte do prefeito petista. Isso para sustentar a idéia da manifestação multireligiosa e multipartidária pela paz. Mas a verdade é que todos os envolvidos colocaram o assassinato de Celso Daniel como parte da disputa eleitoral.

Em nenhum momento as lideranças do PT, que têm a maior parte dos sindicatos, dos movimentos populares e a CUT sob seu controle, colocaram-se pela

mobilização de massa contra o governo e o Estado para denunciar e exigir a apuração do crime político. A razão está em que o PT já é parte desse mesmo Estado.

O requintado assassinato do prefeito de uma das maiores cidades industriais do país está vinculado à profunda integração dos reformistas na política burguesa no papel de oposição. O PT tem procurado destacar como reformador do Estado capitalista em decomposição. Para isso, teve de levantar a bandeira de combate à corrupção e ao crime organizado no interior do Estado, propondo as CPIs. Com os meios, as relações e os métodos políticos de funcionamento do próprio Estado e por intermédio de forças burguesas e pequeno-burguesas, o PT se chocou com interesses das quadrilhas que influenciam a vida do Estado. A ponto inclusive de abrigar relações com essas mesmas quadrilhas (a exemplo do Rio Grande do Sul com o jogo de bicho, de São Paulo com a máfia do lixo etc), contradição inevitável para um partido que se propõe administrar o capitalismo decadente e seu Estado apodrecido.

Está aí por que o PT não pode ir a fundo nas razões do assassinato de seus políticos. Se assim o fizesse exporia suas contradições e as raízes de sua política pró-capitalista. Uma política que conserva o Estado, instrumento das relações econômicas em decomposição, da jogatinas de poderosos grupos e de opressão sobre a maioria explorada. Frente ao assassinato dos dois prefeitos, não se tratava de discutir medidas de segurança pública, mas sim de mostrar à classe operária e demais explorados a necessidade de destruir toda forma de violência reacionária que advém da burguesia e de seu Estado.

### **Que tipo de crime político?**

Embora não se tenha ainda a confirmação inequívoca de que se trata do cumprimento das ameaças aos prefeitos do PT, é dela que se deve partir. No caso do Toninho de Campinas, a suspeita de seu assassinato se concentra em torno da atuação da prefeitura sobre a corrupção. Quanto a Celso Daniel, não se tem ainda uma denúncia tão bem qualificada.

As primeiras investigações policiais procuram uma ligação entre o histórico de assessoria e amizade de Sérgio Gomes da Silva com Celso Daniel, que estava com o prefeito no momento do

seqüestro. A razão disso é que Sérgio tem ligação empresarial com Ronan Maria Pinto, que já vinha sendo acusado de relações fraudulentas com a prefeitura de Santo André, que teve uma de suas empresas contratadas para a coleta de lixo. Paira sobre Sérgio a suspeita de enriquecimento ilícito, através de sua conexão com a prefeitura e com o empresário Ronan, de quem se tornou sócio.

Esses elementos iniciais, por enquanto, não dão respostas aos motivos da execução de Celso Daniel. Mas indicam uma relação íntima do prefeito com uma personagem ligada aos subterrâneos da corrupção. Os próprios petistas estão receosos dos primeiros passos da polícia federal, requisitada pelo PT para que interviesse no sentido de esclarecer o caso, que foi procurar pistas na ligação do prefeito com o empresário Sérgio. Temem que Celso Daniel de "vítima vire réu". Isso pode ocorrer em função das disputas políticas, eleitorais, do PT com os demais partidos da burguesia no interior da máquina do Estado. A investigação policial é parte de interesses políticos.

A importância dessas relações com o acontecimento está na indicação de que não há possibilidade de que o crime político contra o prefeito se dê fora do âmbito da política burguesa e da administração conseqüente com ela. As três gestões do PT em Santo André, uma cidade em que as contradições de classe são profundas, não provocaram nenhuma ruptura com os interesses gerais do empresariado. Ao contrário, Celso Daniel tem sido considerado um bom prefeito para os padrões de gestão capitalista. Não por acaso, sua morte foi reclamada por figuras como o presidente da Fiesp, Horário Lafer Piva.

Celso Daniel vinha se destacando no interior do PT justamente por ter combinado uma administração condizente com o empresariado e um certo populismo assistencialista. Na última eleição, obteve 70% dos votos, que em grande parte vieram de operários e demais explorados. Um extraordinário indicador para um partido que se organiza para se fortalecer junto à burguesia e chegar à presidência da República. Uma das condições para isso é mostrar que o partido constitui quadros políticos à altura de dirigir o Estado burguês. Celso Daniel era um desses pontais do reformismo. Ou seja, da política de colaboração de

classe e submissão dos trabalhadores à democracia burguesa. Com essas qualidades, havia sido escolhido para coordenar o projeto eleitoral de Lula.

Como se pode ver, seu assassinato não se deve a uma política contraposta aos interesses gerais dos capitalistas e de defesa da classe operária contra a exploração. Por isso dizemos que, uma vez confirmado que se tratou de um crime político, com toda certeza, podemos desde já afirmar que se relaciona a choques intestinos no seio da administração da esfera municipal do Estado.

### **Os trabalhadores têm interesse que se mostrem os criminosos**

Em qualquer crime político é importante que se revele seu conteúdo de classe. Por isso, procuramos comprovar que

## **Define-se a disputa eleitoral interburguesa**

O PSDB lançou oficialmente seu candidato, José Serra. O que mostra a dificuldade da aliança governista manter-se unida nas próximas eleições. A aliança PSDB, PFL e PMDB que deu sustentação ao governo FHC, por dois mandatos, para que este pudesse impor o Plano do FMI apresenta candidaturas próprias. Os atritos entre as diferentes frações da burguesia, que constituem os partidos dessa aliança, em torno do Plano Real e os choques causados pelas denúncias de corrupção, que atingiam lideranças do PFL, PMDB e PSDB, provocaram uma crise na frente governamental que a tem levado a um progressivo esfacelamento. Embora haja setores partidários que trabalham para evitar a ruptura definitiva da aliança, no quadro do processo eleitoral, tudo indica a inviabilidade de recompô-la.

A divisão dos partidos oficiais em torno das candidaturas não significa que estão em desacordo quanto à orientação do "Plano de estabilização". Divergem quanto aspectos do continuísmo (reforma tributária, taxas de juros, subsídios etc). A essência das medidas neoliberais será mantida por todos os partidos, inclusive pelo PT, que é o de manter o pagamento das dívidas interna e externa e sustentar a qualquer custo os artifícios da estabilidade da moeda, já abalada com a crise do Real de janeiro de 1999.

Não por acaso, há um compromisso da

a execução de Celso Daniel, sendo crime político, tem como conteúdo choques internos de interesses burgueses. Não se trata do assassinato de um militante do proletariado ou de outra camada dos oprimidos. Não se trata do uso da violência reacionária de setores burgueses ou de seu Estado para sufocar a política revolucionária. Celso Daniel é um representante de um partido reformista, que tem trabalhado incansavelmente por alimentar ilusões democráticas das massas na democratização da política burguesa e na possibilidade de modificar a qualidade de vida dos miseráveis por intermédio do Estado.

O tremendo apoio popular tido nas últimas eleições se expressou agora no repúdio ao seu assassinato. Sua morte causou uma sensível comoção na população. Daí porque os populares clamaram por justiça. Querem que se revele

cúpula dos partidos governistas de, no 1º turno, não se digladiarem entre si, para não fortalecer a candidatura do PT. Isso em função dos acordos de aliança para o 2º turno. Tudo indica que há uma necessidade de preservar a aliança no 2º turno contra o PT.

José Serra mostrou disposição de constituir, ainda para o 1º turno, uma aliança com o PMDB (segundo colégio eleitoral do país). Há uma pressão para arrastar Itamar Franco como vice da chapa de Serra. Porém, as lideranças do PMDB, Michel Temer e Pedro Simon, insistem na candidatura própria. O PMDB está retardatário na definição de seu candidato devido ser o partido mais dividido e abrigar uma renitente ala favorável à aliança com o PSDB.

O triunfo de Serra é uma imposição da burguesia paulista. Tasso Jereissati que procurou liderar uma outra candidatura de maior composição de frações da burguesia nordestina e paulista foi sufocado.

Uma vez definida a candidatura do PSDB, os pesos pesados do empresariado paulista passaram a pressionar a ala peemedebista mineira. Seria a forma para equilibrar a linha pró-imperialista do governo FHC e assimilar os descontentamentos de tinturas nacionalistas dessa fração mineira, expressa na candidatura de Itamar. Uma fórmula para compensar a dissolução da aliança, derrotar o PT e, se possível, anular a candi-

quem são os assassinos e porque o mataram tão brutalmente. Uma vez descartado que se trata de um crime comum, temos a convicção de que por intermédio do próprio Estado (sua polícia, justiça, governos etc), como pretendem o PT, não haverá uma exposição a fundo do ato criminoso. Somente uma grande mobilização operária e popular, que coloque em pé o Tribuna Popular, poderá desmascarar até o fim os elos da criminalidade burguesa.

É preciso rechaçar a própria campanha do PT de "paz, justiça e segurança pública". Não se pode confundir a violência reacionária do poder econômico e de seu Estado, que assume muitas formas, inclusive a do assassinato político, da violência revolucionária das massas oprimidas, sem a qual os explorados não têm como combater o poderio dos exploradores.

datura peefelista.

O PT comparece adaptado ao jogo eleitoral e procura ampliar a confiança com uma das frações da burguesia. Inicialmente, mostrou disposição em atrair o PL, como possibilidade inclusive de ser o vice de Lula, para arrastar uma parcela do empresariado mineiro descontente com os rumos da desnacionalização. Agora, aumenta o cerco em torno do PMDB. As conversações com Itamar não se fecharam. O caudilho joga com o PT para fortalecer a posição de candidatura própria do PMDB. A cena, juntamente com a ala quercista do PMDB, de possível apoio ao PT no segundo turno, prevendo a disputa do PSDB com o PT.

O jogo eleitoral se contrapõe às reais necessidades das massas trabalhadoras. Atua para impor a política da burguesia à maioria explorada e alimentar suas ilusões democráticas.

O POR rechaça o eleitoralismo e levanta as bandeiras de unificação dos oprimidos em torno do programa do proletariado e do método da ação direta. As reivindicações da classe operária e dos camponeses pobres são o ponto de partida dessa luta contra a burguesia, seus partidos e seu governo. Está colocada a tarefa de combater as pressões da política eleitoral da burguesia sobre as massas exploradas, que inclui desmascarar o oposicionismo consentido e fisiológico do PT.

**Mais um apagão revela a falência do sistema energético brasileiro**

# **A saída: reestatizar todas as empresas privatizadas; amplo investimento estatal para ampliar a rede de geração e distribuição de energia**

No último dia 21 de janeiro, boa parte do país sofreu com as consequências do blecaute causado pelo rompimento de uma das linhas de transmissão em São Paulo. As 4 horas de apagão foram resultado da total vulnerabilidade de um sistema energético sucateado e privatizado.

Sem investimentos públicos há dez anos, o sistema energético tende ao colapso. As empresas que adquiriram principalmente a distribuição e a comercialização da energia não têm interesse em investir num ramo que depende de vários anos para se obter retorno. Menos ainda diante das perspectivas de recessão econômica mundial, que colocariam até mesmo a recuperação desse investimento sob risco.

Sob o modelo privatista, a energia no país caminha para a falência. A política de metas de redução do consumo, apli-

cada a partir de meados do ano passado, não consegue mais esconder que não se trata de falta de chuvas (que hoje estão batendo recordes históricos), mas de falta de investimento e planejamento.

A crise de energia não é fenômeno particular do Brasil. As tendências mundiais de desintegração do capitalismo inviabilizam o investimento privado na geração e distribuição de energia. Somente através da corrupção e imposição política é possível às multinacionais investirem nessa área, sempre em prejuízo da população. Exemplo disso é a construção do gasoduto Bolívia/Brasil, que não oferece nenhuma vantagem nem para o Brasil (que terá de pagar dezenas de vezes mais cara a energia gerada pela combustão de gás do que aquela gerada em hidrelétricas) nem para a Bolívia (que terá seus recursos naturais sugados e seus operários superexplorados), tudo

isso em benefício das multinacionais (Shell), que ficarão com o monopólio da extração e comercialização de gás por 30 anos.

A solução da crise energética depende da ruptura com as multinacionais e da ampla e planejada intervenção estatal na geração e distribuição de energia. A burguesia nacional já deu provas de sobra que é incapaz de realizar tal tarefa, que passa inevitavelmente às mãos do proletariado. Somente com a revolução social, que implantará o Estado Operário, é que será possível realizar essa tarefa elementar para desenvolver as forças produtivas e garantir o fornecimento básico de energia à população.

O caminho para se chegar até lá passa pela luta dos operários das empresas energéticas pela sua reestatização sob controle operário, que permitirá evitar o desastre dos apagões.

## **Fortaleza**

# **Famílias ocuparam conjunto habitacional**

As famílias desesperadas com o descalço da prefeitura e governo do Estado ocuparam, no mês de novembro, os apartamentos do Conjunto Aracapé III. Ainda em janeiro, 50 famílias permaneciam na ocupação. A construtora cercou o local com arame farpado, confinando as famílias, como se fosse um presídio, e colocou jagunços. Espalhou o terror com ameaças de bombas, incêndios e prisões. Cortou a água e a luz. Os moradores da redondeza foram proibidos de levar comida e água aos ocupantes. Tudo isso para obrigar as famílias a desocuparem o conjunto. Diante de tanta pressão, uma

boa parte abandonou o local, deixando somente essas 50 famílias.

A falta de moradia é um dos grandes problemas de Fortaleza. Já são mais de 420 favelas, que se expandem cada vez mais. A prefeitura e o governo agem em favor das empreiteiras e dos especuladores imobiliários. A maioria dos moradores de favela não tem como adquirir um lugar para morar. Isso porque exige renda e emprego fixo. O desemprego atinge em cheio a população, que não tem outra saída senão se amontoar nos cortiços e favelas. Quando está empregada, o salário é tão baixo que não permite a chama-

da renda mínima necessária para comprar um apartamento popular.

Essa situação obriga os trabalhadores desempregados ou com baixos salários a ocuparem apartamentos, como o do Conjunto Aracapé III. Porém, a luta isolada e a ausência da política da CUT, sindicatos e Federação de Bairros e Favelas em favor dos ocupantes têm impedido o avanço do movimento para derrotar as empreiteiras e seu governo (Tasso e Juraci).

A luta pela moradia é parte da luta pelo emprego a todos.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

**Na hora das demissões é que sente o peso de não ter resistido**

## **O acordo entre a Volks e Marinho impôs a demissão**

No final de janeiro vence o prazo para os 1200 operários que estão de licença remunerada. Somente 162 trabalhadores aceitaram as demissões voluntárias. A Volks fará um chamado de volta ao trabalho por etapas. Primeiro, convocou 300, depois mais 200 e no início de fevereiro o restante, sendo que uma parte para receber o aviso de demissão. Juntamente, com tais medidas, a multinacional contratou uma empresa para ludibriar os que estão de licença em torno dos benefícios da demissão voluntária e possibilidades de novos empregos ou de trabalhar como autônomos.

Por outro lado, a direção de nosso sindicato está calada. Cumpra a risca o que prometeu para os patrões: nenhuma mobilização contra a demissão em massa que ocorrerá no início de fevereiro.

Na fábrica, uma parte dos operários dizem que “na hora das demissões é que se sente o peso de não ter lutado”. Portanto, estão convencidos de que o acordo é o da demissão, como dizíamos desde o início. Essa é uma experiência que cravará fundo na classe operária.

O caminho para reverter essa situação está nas mãos dos empregados e desempregados. A exigência de uma nova assem-

bléia do sindicato para votar o fim do acordo é uma tarefa de todos aqueles que se dizem contra as demissões. A luta contra esse acordo implica na unidade dos empregados e desempregados. Isso porque não há nenhuma garantia de que amanhã os empregados não estarão na rua. A Volks reduzirá sua mão-de-obra para menos e 10 mil. O que quer dizer que as demissões não pararão em fevereiro. A partir daí virão as demissões por “baixo desempenho”, pelas terceirização e outros mecanismos, conforme prevê o acordo maldito assinado pela direção de nosso sindicato.

Não podemos aceitar o fato de ser demitido sem ter lutado. A classe operária tem sua história marcada por lutas e não por omissão. E foram através das lutas que conseguiu arrancar suas reivindicações. Nenhum patrão irá conceber mais salário e emprego por bondade. O emprego e o salário são conquistados pelas greves e grandes mobilizações. Não há outro caminho para defender a vida senão através de nossas próprias forças.

### **Rondônia**

## **Cobiça por diamantes continua atormentando a vida dos índios Cinta-Larga em Rondônia**

Desde outubro de 2000, os índios Cinta-Larga da Reserva Indígena Roosevelt, localizada na cidade de Espigão do Oeste, em Rondônia, enfrentam conflitos constantes. O fato é que, segundo estudos, os diamantes que estão na área da reserva só são superados pelas pedras preciosas da África. Não por acaso, os capitalistas e aliados estrangeiros estão ampliando seus negócios de extração na região. Já contam com a presença da multinacional Sul Africana, Dee Beers e a DTVM Ouro Minas no interior da reserva indígena.

A extração de diamantes, iniciada em outubro, tem provocado mortes de índios, garimpeiros, utilização de trabalho escravo e destruição ambiental em dezenas de hectares de terras.

### **Governo e empresas destroem reserva indígena**

O funcionários da FUNAI são acusados de compartilharem com a destruição da Reserva indígena Roosevelt, causando extrema miséria aos índios. A propaganda governamental visa jogar a população contra os índios Cinta-Larga, que são empurrados para a reserva que se estreita cada vez mais.

A invasão de reservas indígenas é uma prática constante por parte dos exploradores. A lei burguesa que demarca as terras indígenas sequer é obedecida pelos próprios capitalistas que a impuseram. Estes invadem para retirar as riquezas. Além disso, para garantir maiores poderes àqueles que exploraram as riquezas nas reservas, já existe um projeto do senador Romero Jucá (PSDB/RR), que visa normalizar estas explorações sem que sejam motivo de “apreciação” pela comunidade indígena. Tal projeto já foi aprovado no senado e se encontra na comissão do Meio Ambiente, Minorias e Defesa do Consumidor da Câmara Federal.

A burguesia nacional e as multinacionais impõem o massacre às comunidades indígenas. Empurram os índios para as reservas e, ainda, as invade para extrair as riquezas. A legislação

do governo é de proteção aos capitalistas e de expropriação das terras indígenas.

### **Defesa dos índios Cinta-Larga**

Os índios Cinta-Larga vêm resistindo às invasões das empresas exploradoras de minérios. Porém, estão isolados. Isso tem contribuído para aumentar a sanha dos capitalistas. O que ocorre com esses índios é o mesmo de outras reservas, que são frequentemente oprimidos pelas madeireiras e empresas de extração de minérios.

A luta contra o projeto do senador Romero, contra o saque das empresas, contra a intervenção nas reservas indígenas de qualquer uma das instituições do Estado burguês, que seja a FUNAI, quer seja da Polícia Federal, IBAMA ou DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) significa a defesa das comunidades indígenas. Estas vêm sendo oprimida e dizimada desde a chegada dos colonizadores no Brasil e sendo empurradas para o oeste do país em estado de acelerado extermínio. As acusações de que alguns líderes indígenas vêm cobrando pedágio na entrada da reserva não servem para justificar as invasões e intervenções governamentais.

As reivindicações indígenas devem fazer parte do programa operário de combate ao capitalismo e defesa das condições de existência para a maioria da população, entre ela os índios. A bandeira de autodeterminação dos povos indígenas, soberania sobre suas terras e riquezas se choca com os interesses do capital nacional e multinacional e possibilidade a unidade das comunidades indígenas (quebrando o isolando) com os demais oprimidos em torno do programa e método proletário. Nenhuma bandeira pacifista e assistencialista, divulgada pelos reformistas, poderá conter o saque e a opressão sobre as nacionalidades índias.

# Nas eleições do sindicato metalúrgico do ABC coloca-se a defesa da democracia operária

## O que são e para que servem os Comitês Sindicais de Empresa

A diretoria do Sindicato Metalúrgico do ABC abriu o processo das eleições sindicais referindo-se ao “novo modelo de organização dos trabalhadores”, “implantado em 1999”, “com a formação dos Comitês Sindicais de Empresa (CSE)”. Sua meta é de constituir CSE em 80 fábricas, frente aos 60 existentes.

Segundo a visão da direção, os CSEs “permitem que o Sindicato atue organicamente dentro da fábrica”. Ao lado dos CSEs, pode existir as Comissões de Fábricas (CFs). Afirma que o trabalho dos CSEs “não se confunde com o das Comissões de Fábricas, permanecendo as duas organizações representando os trabalhadores”.

Tudo indica que os CSEs são organismos diretos do sindicato, por isso, “orgânico”, enquanto que as CFs são um tipo de organização não-orgânica do sindicato, de representação interna. Assim, os Comitês constituem uma extensão do sindicato no interior das fábricas, portanto um braço da própria diretoria. Enquanto que as Comissões são organismos tipicamente fabris, que trabalham em contato com o sindicato, sem serem sua extensão. Daí a noção de orgânico e não-orgânico.

Como as Comissões de Fábricas, que indistintamente poderiam chamar de Comitês de Fábrica, são uma conquista histórica da classe operária, portanto, a direção do sindicato não poderia reivindicá-las como uma criação do chamado novo sindicalismo, então está se “criando” os denominados Comitês Sindicais de Empresa.

A direção do sindicato considera que “a organização dos Comitês Sindicais de Empresa é importante porque expressa uma ação bastante afirmativa e pode ser uma revolução na organização sindical vigente”. O que quer dizer “transformação da estrutura sindical corporativa, vigente há mais de meio século”. Essa idéia é completada com a seguinte afirmação: “a implantação dos Comitês Sindicais prepara efetivamente para o

ambiente de plena liberdade e autonomia sindical sempre buscado pelos metalúrgicos do ABC”.

A quebra do corporativismo, a conquista da democracia operária, da organização fabril e o funcionamento dos sindicatos baseados na organização independente da classe operária nos locais de trabalho são, de fato, uma tarefa a ser realizada. Entretanto, os tais Comitês Sindicais não a realizam, como diz que realizam a direção do sindicato. São montados como um aparelho para o controle das eleições sindicais. É isso que explica a duplicidade organizativa entre Comissão de Fábrica e Comitês Sindicais.

O que tem a ver os Comitês Sindicais com as eleições do sindicato?

Servem para indicar os candidatos a comporem a chapa. É claro que indicarão os nomes apontados pela política dominante no sindicato, que é expressa pela direção que o controla. Isso porque os Comitês são criados pela força do aparelho sindical e o grau de colaboração da direção sindical com o patronato.

Não há liberdade de expressão e organização para uma oposição que expresse a luta de classe e se identifique por seu programa como inimiga da classe capitalista. Pior ainda, a própria direção do sindicato exerce uma tremenda repressão para sufocar o surgimento e crescimento de uma fração opositora revolucionária. Não tolera sequer o direito de expressão, proibindo a distribuição de panfletos, jornais e outras publicações vindas da oposição. Procura inclusive jogar os trabalhadores contra esse elementar direito. Os bate-paus formam uma milícia particular da direção do sindicato metalúrgico, cuja função é de ameaçar e impedir pela força a manifestação política das correntes opositoras que correspondem as divergências inevitáveis no seio da classe operária. Não se trata de auto-defesa contra as ameaças patronais, mas sim da utilização da força reacionária contra a democracia operária.

Podemos qualificar a direção do sindicato como instrumento de repressão à organização independente e revolucio-

nária da classe operária, uma vez que enfrentamos a cada embate as ameaças policiaescas destes que dizem que os Comitês Sindicais possibilitarão a “plena liberdade e autonomia sindical”. Nas palavras a direção do sindicato metalúrgico do ABC reivindica a liberdade e a autonomia sindical, mas na prática agem com a força dos leões de chácara e submetem o sindicato a acordos pró-patronais.

É falso que se está organizando uma nova estrutura sindical que varrerá com o corporativismo de meio século. Ao contrário, está-se fortalecendo o velho corporativismo com uma nova roupagem.

Os Comitês Sindicais são levantados como barreira para impossibilitar que a oposição lance sua chapa, exponha um programa oposto ao da burocracia petista e ameace o continuísmo. Tem-se constituído nos sindicatos uma casta de burocratas que se alimenta do controle corporativo e burocrático do aparelho sindical. É como se fosse uma oligarquia hereditária, que para não perder o poder cria inúmeros obstáculos para que não haja a livre expressão política, total liberdade de reunião de todas as correntes no interior do sindicato, defesa da democracia no interior das fábricas contra o totalitarismo patronal e controle dos sindicatos pelas bases.

Essa oligarquia sindical modifica os estatutos e organiza um braço burocrático para bloquear o descontentamento dos trabalhadores por intermédio de uma direção opositora, que apresente um programa de acordo com as necessidades da classe operária e uma conduta política condizente com a democracia sindical. Está aí por que a burocracia vitalícia do sindicato metalúrgico planeja alcançar 80 Comitês Sindicais, que certamente contará com o consentimento patronal, que não só nada tem a temer quanto à política da direção burocrática como também conta com ela para combater qualquer posição que se coloque pela luta de classe e pelo objetivo estratégico de destruição do capitalismo pela via da revolução proletária.

## **Defender uma organização fabril independente**

A organização fabril é uma necessidade da classe operária para enfrentar a tremenda exploração, o desemprego e as dificuldades generalizadas dos assalariados. Trata-se de alcançar força coletiva dos trabalhadores na produção social.

A coesão política e organizativa no interior das fábricas se contrapõe à liberdade do patronato em aumentar seus lucros às custas de maior opressão. A organização coletiva aumenta a capacidade e o poder das greves, instrumento essencial para resistir aos ataques dos patrões e avançar a consciência de classe dos explorados. Possibilita, inclusive, a melhor utilização da greve de ocupação de fábrica, que pode ser planejada e sustentada contra a repressão.

Trata-se de constituir uma rede de comissões de fábrica, independente dos patrões e submetidas às assembleias das fábricas e à assembleia geral, que expressa a vontade de luta da maioria. Falamos em rede de comissões de fábrica ou comitês de fábrica porque estas devem estar ligadas entre si através da assembleia geral do sindicato, das decisões de toda classe e constituírem em cada fábrica um centro de luta.

Sem dúvida, as comissões de fábrica discutirão todos os problemas referentes ao sindicato, inclusive as eleições sindicais. Mas de forma alguma serão instrumentos para bloquear a livre

participação das diversas correntes que atuam no movimento operário e que ganharam legitimidade entre os trabalhadores pela sua atuação. Ao contrário, são organismos da democracia operária, da liberdade de expressão e de organização. Asseguram a livre circulação de panfletos, boletins, jornais, folhetos etc no interior das fábricas. Cabe aos trabalhadores terem seu julgamento próprio através da experiência quanto ao conteúdo das posições veiculadas pelas diferentes correntes.

### **Participar da eleição dos Comitês Sindicais defendendo a democracia operária**

Na atual situação, não há outra saída para a oposição senão participar da eleição dos Comitês Sindicais. A atuação nesse processo deve ter por objetivo defender a visão crítica de tais comitês burocráticos e para defender o programa da democracia operária. Devemos combater todos os mecanismos que impedem a livre manifestação política.

Nossos companheiros irão compreender as críticas a tais comitês e se colocarão pela organização de uma rede de comissão de fábrica de luta, vivenciando as duas políticas: a da burocracia colaboracionista e repressiva e da oposição proletária.

A eleição sindical é o momento em que se pode usar as brechas para expor o pro-

grama e explicar o conteúdo da política pró-capitalista e capituladora da burocracia. Eis alguns pontos que propomos para organizar os setores oposicionistas que se reivindicam da luta de classe e contra a conciliação da direção burocrática.

- Criticar e rejeitar na totalidade os acordos de flexibilização do trabalho e redução salarial;
- Levantar às reivindicações de defesa dos postos de trabalho, do emprego a todos, dos reajustes salariais, do aumento real, dos direitos trabalhistas;
- Defender a unidade de empregados e desempregados num amplo movimento contra o desemprego;
- Colocar as demissões em cada fábrica como um problema geral de toda a classe operária e responder com a luta unitária e direta (greves, ocupações de fábrica etc);
- Defender a independência do sindicato e a democracia operária. Livre manifestação e organização de todas as correntes do movimento sindical. Direito de reunião no sindicato e de expressão nas assembleias. Fim do aparato repressivo da burocracia. Constituição da auto-defesa contra a repressão patronal.
- Defesa da constituição de uma rede de comissões de fábrica, que responda às assembleias fabris e à assembleia geral. Fim da duplicidade organizativa burocrática entre comissão de fábrica e comitês sindicais.

## **O que mostrou a experiência dos Comitês Sindicais de Empresa**

Os comitês sindicais são organismos criados pela burocracia sindical dos metalúrgicos do ABC dentro das empresas. Nesse mês, o sindicato abriu formalmente o processo eleitoral que é responsável pela "renovação da diretoria do sindicato". O objetivo é ampliar de 60 para 80 os comitês sindicais.

Na Volks, essa experiência começou em 1999, quando foi eleito o primeiro comitê sindical. Nessa eleição, concorreram duas chapas. A chapa da Articulação foi encabeçada pelo atual presidente do sindicato (Luís Marinho). A chapa 2, Ferramenta, foi formada pela oposição. Foram eleitos 23 diretores, com mandato de três anos. Dos 23, a oposição conseguiu eleger 10 diretores, ou seja, 42% dos votos da fábrica.

Durante os três anos de mandato, dos 10 diretores que faziam oposição à

Articulação, direção do sindicato, somente três permaneceram na oposição. Os outros foram cooptados pela burocracia e hoje fazem sua política pelega. Agora, depois do acordo assinado entre Marinho e a Volks, dos três restantes, dois aceitaram o PDV.

Na verdade, esse comitê de Volks serviu unicamente para fazer os acordos que só favorecem a empresa. O último acordo significou redução de jornada com redução de salário, ampliação da terceirização, arrocho salarial e demissão. O que resultou em descrédito por uma parte dos operários. A burocracia sindical necessita desses comitês para impedir o avanço das idéias oposicionistas e garantir sua permanência na direção do sindicato. Isso porque os comitês passam a ser os braços da burocracia dentro das empresas. A empresa aceita

a existência porque acaba sendo um organismo de colaboração patronal.

Por outro lado, a oposição, através da chapa 2, não pôde se diferenciar da direção majoritária. A ausência de um programa de luta e de um combate conseqüente à política da Articulação impediu o crescimento desse setor.

A participação nesse processo eleitoral implica na avaliação da conduta da oposição e na aprovação de um programa operário, que se choca radicalmente contra os acordos realizados entre a Articulação e o patrões da Volks. Ainda mais, implica em defender os verdadeiros comitês de fábrica, dotados da plena democracia operária, eleitos pela base e com tarefa de defender as reivindicações da classe e organizar para a luta contra as medidas dos capitalistas.

## Em Caieiras, agora a luta é contra o Lixão

Os moradores do Jd. Marcelino, em Caieiras, estão nessa dura luta contra os exploradores do povo. Desta vez é contra o lixão, que já está sendo instalado por conta do acordo firmado entre a prefeitura e a empresa Cavo. Foi formado um comitê contra o lixão, que já organizou dois protestos no centro da cidade, coleta de assinaturas da população, e passeatas até a prefeitura.

O prefeito alega que o CTR, centro de tratamento do lixo, será o maior da América latina, e que trará empregos e progresso para a cidade. Está previsto a construção de um hospital próximo as imediações, bem como já foi inaugurada uma creche.

Tudo não passa de projetos eleitores para ganhar a confiança dos tra-

balhadores para mais esse engodo. A creche mal atenderá a demanda dos filhos dos operários, que dirá a demanda de toda a cidade? Quanto ao hospital, será para atender os adoentados, contaminados pelo CTR, que servirão de cobaias para analisar as doenças e as epidemias que virão com o Lixão.

Caieiras é uma cidade com reserva natural. O desmatamento e a destruição da natureza está serviço dos exploradores, para gerir lucros ao empresariado e seus capachos, prefeito e vereadores.

Falam que virá progresso, mas no fundo, virão mais doenças, os salários continuarão baixos, não acabará com o desemprego. Os exploradores não conseguem cumprir a sua própria lei,

expressa na Lei Orgânica do Município, que é a da proteção ambiental. São obrigados a destruí-la, assim como destrói a vida dos trabalhadores. Os bons negócios, e a riqueza vinda com a exploração do trabalho são apropriadas por eles. Quanto ao ar, certamente moram noutras regiões ditas nobres e não aspiram a podridão que virá do lixão.

A luta vem ganhando apoio dos trabalhadores de outras regiões. E tem gerado crises dentro do PT e dos movimentos que não se colocam abertamente nesta luta contra o lixão.

É importante o fortalecimento do comitê nesse processo que apenas começou, para poder resistir provavelmente a luta contra os capitalistas.

## 78 anos da morte de Lenin

Vladimir Ilich Lenin nasceu em 22 de abril de 1870 e morreu no dia 25 de janeiro de 1924. Com 54 anos, a morte de Lenin pode ser considerada prematura. Sua vida foi de intenso trabalho na construção do partido, na elaboração da teoria revolucionária e na organização do Estado Operário, edificado a partir da vitoriosa revolução de outubro de 1917.

Suas Obras Completas de mais de 40 volumes são provas vivas da dedicação de Lenin à elaboração do pensamento marxista e da intensa luta política para construir o partido bolchevique. Lenin deu continuidade a obra de Marx e Engels, projetando-se como um dos mais importantes arquitetos da Revolução Russa e da fundação da III Internacional.

Sob sua direção, o Partido Bolchevique, depois nomeado Partido Comunista Russo, não só impôs a derrota mais importante à burguesia russa como ao conjunto da burguesia internacional. O Estado proletário se elevou contra o cerco do imperialismo.

No mundo todo, despertou no proletariado a esperança de uma nova sociedade sem exploradores e explorados. O despertar da classe operária mundial sob o impacto da Revolução Russa e da monumental força da teoria leninista permitiu que a III Internacional viesse a se constituir em um partido mundial da

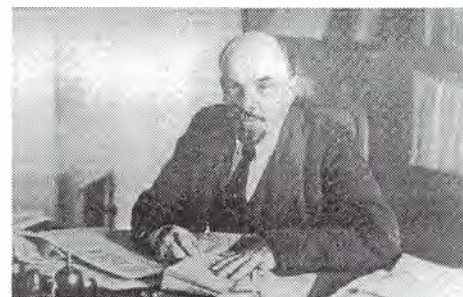
revolução socialista.

A morte de Lenin, quando havia muito a se fazer pela construção do comunismo na União Soviética e pela revolução mundial, foi um tremendo golpe. As forças burocrático-revisionistas, encarnadas por Josef Stalin, ganharam expressão e rapidamente se consolidaram, derrotando a Oposição de Esquerda leninista, encabeçada por Leon Trotsky.

Lenin já havia assinalado a necessidade de combater o câncer do burocratismo que havia se manifestado no interior do partido e do Estado Operário. Ainda enfermo, assinalou para Trotsky a importância dessa luta. Seu Testamento foi o último gesto de luta de Lenin pelo comunismo, direcionada contra Stalin.

Os revisionistas que trocaram a doutrina do internacionalismo proletário pela do "socialismo em um só país" sentiram-se fortalecidos com o fim de Lenin. Embora não tenham encontrado o terreno livre, uma vez que tiveram de combater as posições leninistas de Trotsky, a ausência de Lenin, no momento tão crucial para o desenvolvimento econômico e a luta de classes interna a externa, constituiu uma fenda por onde o estalinismo se projetou e abriu um período de restauração capitalista.

A derrocada da ex-União Soviética, a partir de meados dos anos 80, tem por



detrás o processo de liquidação do Partido Bolchevique e da III Internacional. A burguesia imperialista fez uma ampla campanha nas duas últimas décadas de que o comunismo morreu. Abundante a aberrante propaganda contra Lenin e suas idéias foi desfechada pela reação imperialista. Uma de suas mais preferidas falsificações é a de identificação das idéias de Lenin e de sua conduta revolucionária com a do estalinismo totalitário e contrarrevolucionário. Tais falsificações são grosseiras e desmentidas facilmente. O capitalismo em decomposição se encarrega de confirmar o socialismo científico de Marx, Engels, Lenin, Trotsky e outros revolucionários.

Nesses 78 anos da morte de Lenin, temos todas as razões para o otimismo revolucionário e a confiança de que o comunismo vencerá o bárbaro capitalismo. Para isso, trabalhamos pela construção do Partido Operário Revolucionário e pela reconstrução da IV Internacional.

Viva o Leninismo!

(nos próximos Massas iremos publicar uma série de extratos da elaboração de Lenin e sobre ele)

# O Partido e Sua Organização

Proseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciada no Massas 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos aparecem anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

“Questões de Organização” foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do Partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques.

## **Questões de Organização I - Programa e Organização Fundamento Político do Problema (IV)**

Quando dizemos que o programa (a teoria política) modela a organização partidária, estamos nos referindo a suas características e formas fundamentais e não aos pequenos detalhes organizativos, às minúcias. É evidente que não são em todos estes detalhes que se refletem diretamente as concepções políticas fundamentais; os ajustes organizativos têm lugar num marco de certa liberdade, mas sempre dentro dos limites assinalados pela base programática. Seria infantil, por exemplo, se alguém quisesse justificar com o programa na mão que uma célula deva ser constituída por três militantes e não por cinco etc. Estas variações estão determinadas pelas modificações da situação política em que se

vive, pelo grau de repressão. Mas a estrutura celular, o caráter centralizado do Partido e o centralismo democrático correspondem ao objetivo estratégico fixado no programa revolucionário e não podem ser modificados no trabalho dirigido a ligar a vanguarda ao grosso das massas, de organizá-las e dirigi-las na luta pelo poder. A existência do próprio partido revolucionário é inseparável da natureza do proletariado.

Para ilustrar o que dissemos tomemos como exemplo a discussão que ocorreu no seio do marxismo russo ao redor do que se deve entender como militante. Para os mencheviques, que neste por menor seguiam a posição da social-democracia internacional e particularmente a alemã, uma pessoa necessitaria apenas se proclamar social-democrata (identificação com o programa) e apoiar a atividade partidária, para ser considerada um militante partidário. Já os bolcheviques por seu

lado exigiam que o simpatizante deveria militar numa organização do partido, o que nós chamamos de célula. Não se trata de nenhuma formalidade, mas de educar, controlar os movimentos da militância, de encontrar a melhor forma de ligação do Partido com as massas, desde o momento que aquele tem que se forjar no seio da classe. Esta concepção é totalmente estranha ao ultra-esquerdismo, que não tem necessidade de células, de penetração orgânica no seio dos explorados, de organizá-los, isto porque é ele que fará a revolução para logo oferecê-la aos oprimidos e o que podem esperar é que com seus atos heróicos possam despertar as massas desta letargia. E para isso células são um desperdício de paciência e tempo, são suficientes apenas grupos especializados altamente treinados e armados. Devemos reafirmar que o Partido tem o dever de organizar, educar e mobilizar as massas até a conquista do poder.

## **Arafat detido em sua casa pelo Estado policial de Israel**

A ofensiva imperialista no Oriente Médio tem se materializado na região da Palestina com os bombardeios israelenses a bairros palestinos, prisões de dezenas de lideranças de grupos islâmicos e com o cerco militar a Yasser Arafat, presidente da chamada Autoridade Palestina. Este não pode sequer sair de sua casa sem autorização do governo israelense. Foi proibido de participar de uma reunião de ministros de Relações Exteriores na Europa na última semana de janeiro. Sua casa está cercada por canhões a 70 metros de distância, apontados para ela.

O presidente dos EUA, Bush, tem pressionado diariamente Arafat a que eleve a repressão aos grupos palestinos. Arafat tem atendido, pois mandou prender líderes de grupos palestinos, como o Hamas. Isso não é suficiente para o imperialismo, pois mesmo com a prisão de dirigentes, prosseguem os atentados contra Israel.

A pressão ianque não passa de blefe. Sabe que é impossível controlar a execução de novos atentados apenas prendendo as lideranças. A repressão e represálias também não têm efeito. As massas palestinas estão cada vez mais

radicalizadas e começaram a soltar suas lideranças presas com a força da ação coletiva de massa. Os EUA constróem um pretexto para a intervenção militar aberta.

A luta palestina pela autodeterminação passa pela ação de massa de rua, e ruma para a insurreição. Somente com o levante armado da população, que expulsa os dirigentes colaboracionistas (Arafat e Cia.) e ponha fim ao enclave ianque da região (Israel) será possível alcançar a independência nacional. O caminho é o da revolução proletária.

**Bolívia**

# Herança de Bolívar:: lutar pela materialização da unidade do continente latino-americano

## Problema fundamental

Nesta época de quebra do imperialismo (multinacionais), sua causa é a crise econômica estrutural descomunal do capital financeiro, a soberania dos países é inconcebível sob a ditadura colonizadora das grandes metrópoles imperialistas.

Explicamos: Os Estados Unidos da América do Norte se converteu no amo indiscutível da América Latina por ter conseguido dividi-la em numerosas repúblicas e com objetivos imediatos contraditórios. Quando os governos burgueses falam em formar blocos regionais e às vezes até continental, em torno de interesses econômicos comuns, vem a tona com nitidez a urgência de garantir a proeminência do imperialismo ianque, que por sua vez esta interessado sobre todos as coisas em garantir seu ponteciamiento e a segurança de que sua política colonizadora e seu poderio econômico seguirão avançando.

Vivemos na época em que os países da América Latina se converteram em um conglomerado de republiquetas submetidas à vontade e à exploração feroz dos Estados Unidos, foram convertidos em semicolônias (e no caso boliviano uma verdadeira colônia) que tem de tra-

balhar até se arreentarem para que seja possível o maior enriquecimento de Washington.

Na atualidade os países do continente agonizam sobre o peso da invasão das multinacionais, cuja a função é saquear as empresas e os recursos naturais que caíam em suas mãos e os abandonam quando são quebrados e reduzidos a frangalhos.

A exploração imperialista é consequência da política neoliberal imperante, começa no plano econômico e rapidamente se projeta em controle político estrangulador, concluindo por converter as “repúblicas soberanas” em semicolônias ou colônias dependentes da vontade do imperialismo, o que lhes faz perder sua soberania.

Desde os primeiros momentos da independência demonstrou-se que a liberdade e soberania, nacionais para converter-se em realidade, impõe que os países latinos americanos se transformassem em uma unidade, em uma grande república ou melhor, em vários estados soberanos confederados tão fortes que pudessem impor de forma efetiva a vigência de sua soberania nacional. Isto não é nenhuma novidade.

## A formulação de Bolívar

Simon Bolívar e os dirigentes da independência que tinham a política burguesa progressista e até revolucionária estavam seguros que a única forma de consolidar a libertação do jugo da Espanha e em que fosse trocada pela opressão dos Estados Unidos ou de outra potências internacionais, era a de consolidar a unidade dos países do continente em uma república poderosa ou em confederações de grande peso. Não há nenhuma dúvida de que este objetivo era de natureza democrático burguesa.

A história ensina que este objetivo não pôde se materializar, apesar de sua enorme transcendência, pelas limitações e o caráter conservador de muitos governos da época.

A proposta de Bolívar, a grande tarefa democrático burguesa não foi cumprida e necessariamente passou para as mãos do proletariado, que minimamente lhe imprimiu uma projeção socialista. Por isso reivindicamos que essa herança ideológica deve ser cumprida através da luta pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina cuja efetivação será obra da Revolução e Ditaduras Proletárias.

(Extraído do Masas Boliviano nº 1789)

# Castro dará apoio logístico aos EUA em Guantánamo

Em um discurso para agradar aos mais de 700 estudantes americanos, Fidel disse estar disposto a colaborar com os EUA em Guantánamo.

Fidel disse que pretende fazer obras de saneamento básico na base militar e melhorar a vida dos soldados que lá estão. Afirmou também que vai dar mais facilidades para o tráfego aéreo na base e classificou o terrorismo como um martírio no qual é necessário pôr um fim, mas se negou a dizer que este fim só poderia surgir com a destruição do imperialismo pela revolução proletária.

O castrismo naufraga na crise estalinista e em sua política colaboracionista.

Trai a revolução cubana e os trabalhadores do mundo inteiro.

Não é na realidade o que os castristas espalhados pelo mundo chamam, de o “último bastião do socialismo”, mas sim mais um Estado Operário degenerado pela política estalinista. Colabora com o imperialismo ianque em seu projeto de invadir e oprimir.

Castro se coloca do lado oposto aos oprimidos que lutam contra a invasão imperialista no Afeganistão e no mundo. Os EUA pretendem ampliar sua

opressão contra o Iraque, a Somália, a Colômbia e até mesmo em Cuba. No que depender do castrismo, este já está dando apoio logístico.

Os EUA cometem todo tipo de atrocidades contra os prisioneiros Taleban e da Al Qaeda. Passando por cima, inclusive, dos acordos internacionais feitos pela própria burguesia.

A declaração de apoio à conduta norte-americana em Guantánamo é mais uma prova da ingerência. Os trabalhadores do mundo inteiro devem rechaçar essa posição de Fidel, como forma inclusive de ajudar a revolução cubana.

## Argentina

# As massas se encaminham para uma ação histórica independente

A principal limitação para o desenvolvimento da situação que começamos a viver é a extrema debilidade da direção revolucionária, - o partido - que em última instância expressa a independência de classe.

Quem colocamos uma alternativa operária, de luta pelo poder, de revolução social, somos hoje uma minoria na vanguarda que luta.

A evolução dessa direção revolucionária marcará o ritmo de desenvolvimento da situação revolucionária que se está abrindo, que não crescerá linearmente e sim inevitavelmente sofrerá ascensos e descensos.

No desencadeamento nacional dessas lutas não houve greve geral, não houve convocatória dos dirigentes, que voltaram a se borrar para garantir a «governabilidade», tampoco houve convocatória dos partidos patronais. Entretanto, o movimento é gigantesco.

Foi espontâneo? Na medida da participação na ação simultânea de centenas de milhares sim, mas houve uma preparação nos combates travados durante os últimos anos de Menem e os de De la Rúa. Esta tendência que aflorou vinha percebendo nas inumeráveis lutas que se vinham travando, especialmente contra o desemprego.

Estamos frente a um salto na quebra das ilusões democráticas, que ainda subsistem. As massas amadureceram em poucos dias o que não puderam em anos, à luz de sua própria atuação.

O que fizeram as massas efetivamente, mais além do que passe por suas cabeças, foi um passo gigantesco que é necessário explicar.

A burguesia, seus intelectuais, seus partidos, se debatem hoje sobre como farão para deter semelhante avanço, como farão para dividir, para iludir.

O enorme significado dos saques massivos:

As massas com sua ação estão desconhecendo instintivamente a propriedade privada, desconhecendo toda a legalidade. Estão mostrando que avançam instintivamente para a propriedade social, é uma expressão da luta por

destruir a sociedade atual.

(Tem pouca importância se algum líder justicialista organizou o saque em alguns lugares, - não percam de vista que a burguesia e seus partidos não brincam com fogo, o fogo que poderiam assoprar hoje sabem que os pode incinerar amanhã, a burguesia não lança milhares às ruas para resolver suas diferenças, se assim fizesse, deveremos dizer que foi um fracasso a manobra, pelo que lhe terminou custando).

Enquanto um setor da esquerda se limitava a dizer “nós não fomos”, insistindo que só reclamavam pacificamente por porções de comida, dezenas de milhares virtualmente passaram-lhes por cima, tendo de arrancar o alimento que se lhes nega com suas próprias mãos.

As instituições da burguesia são permanentemente questionadas, sem reclamar novas eleições, nem que mudem de gerente por outro, os bancos são atacados e qualquer símbolo do poder dos grandes capitais.

No 19 de Dezembro, o estado de sítio foi derrotado em minutos, se mobilizaram centenas de milhares em todo o país e os saques entretanto continuaram.

As massas, com sua ação, apontam para o poder político, para o poder econômico, estão dizendo que não querem mais politiquinhos burgueses, que sabem quem são os que roubaram o país e manejam suas ligações.

Isso demonstra o caráter político do movimento que partiu de questões super-mínimas e elementares e rapidamente se transformou, para buscar terminar com o regime.

Ao redor de consignas elementares, como arrancar o pedaço de pão que é negado ou democráticas contra os politiquinhos, ou pela disposição do dinheiro nos bancos, levantou-se um movimento que arrasou com os governos e tem encurralado Duhalde.

Em que sentido podemos dizer que estamos frente a uma mobilização independente dos explorados?

Estes não são os métodos próprios da burguesia, seus métodos são votar a

cada tanto tempo e castigar assim aos maus governos e eleger bem aos próximos, e ser cuidadoso com os legisladores em que se votam. Como diz o apologista do Estado de saque Mariano Grondona, “há que terminar com a sedição, o povo governa através de seus representantes...” “cuidado com o embelezar dos painéis, as manifestações etc., há que retornar às instituições...”

O movimento pôde dizer que é o que não quer, pôde dizer que não aguenta mais, que isso tem de terminar, ainda que todavia não tenha em suas mãos, concretamente, com que substituí-lo.

A conduta das massas mudou qualitativamente, já nada será igual ao vivido antes deste Dezembro, os partidos, os sindicatos também mudarão sua forma de relacionar-se com as massas, para contê-las, para que não serem passados para trás outra vez.

A necessidade de colocar um governo próprio, de autogovernar-se, de terminar com a ditadura do capital, ficou colocada nestas semanas.

As massas se perguntam todo o tempo: que fazer? Qual é a solução para esta crise? Que alternativas temos frente a toda esta podridão?

Devemos colocar o programa de transição que permita vincular a luta em curso com a estratégia de tomar o poder para a classe operária, não há outra saída.

As massas vão questionando as faces do poder, o governo, o congresso nacional, os governadores, os conselhos deliberantes, as cortes, ... devemos dar expressão consciente a esta tendência: **NÃO QUEREMOS MAIS GOVERNOS DE PATRÕES**, os politiquinhos são representantes dos grupos capitalistas, de seus lucros, não dos explorados.

As massas se colocaram em nosso terreno, no da estratégia revolucionária da classe operária. Se não o entendemos assim e trabalhamos em conseqüência, seremos despedaçados por elas.

Mas, ainda assim, porque a burguesia pode apropriar-se do triunfo das massas pondo um governo de pouco apoio popular, produto de uma mano-

bra-pacto como as de costume. Só porque as massas não contam todavia com sua própria organização independente.

Setores da burocracia sindical são empurrados ao campo de luta e radicalizam suas posições para não serem pasados por cima, o mesmo acontece com a esquerda reformista que foi superada pela intervenção das massas, (esta esquerda pode assumir atitudes combativas mas não vai perder sua natureza, não soube ver o que se estava incubando no seio das massas e seguiu insistindo com seu eleitoralismo)

A consigna de tirar De la Rúa Cavallo mostrou uma divisão entre quem a relacionava com a luta contra a burguesia de conjunto, contra seu regime, contra a propriedade privada das multinacionais, e tirá-lo por meio da ação direta de massas e quem se limitava a realizá-lo nos termos da democracia burguesa, por meio de eleições ou eventualmente de constituintes, tratando de reproduzir nos fatos a ampla frente anti-menemista de três anos atrás.

A importância de caracterizar corretamente a situação que se vive, seu desenvolvimento mais provável, o prognóstico, servirá para nos orientar adequadamente no movimento e ajudar a assinalar qual é sua perspectiva. Desta caracterização se depreendem as consignas e os métodos que impulsionamos.

A intervenção audaz e precisa dos núcleos de revolucionários, sob a estratégia da classe operária, desenvolvendo a tática da frente antiimperialista, desde o seio das massas, construindo seus organismos de democracia direta, impulsionando a ação direta de massas para resolver todos os problemas, poderá resolver a construção dessa direção imprescindível, se poderá completar a tarefa de por em pé o programa da revolução na Argentina, como parte da revolução socialista internacional.

Para poder acabar com a ditadura dos capitalistas devemos avançar em soldar a aliança das classes oprimidas - não exploradoras - que se vem materializando nas lutas. A classe operária, para realizar seus objetivos, necessita inevitavelmente dessa aliança com as classes médias.

Para os revolucionários é hora de crescer qualitativa e quantitativamente, de abandonar os métodos artesanais de

ontem e até certo conservadorismo no trabalho. É de uma importância fundamental o trabalho por derrotar ideologicamente a burguesia.

O trabalho que realizamos sobre a questão dos métodos, questionando o eleitoralismo, combatendo em todos os terrenos as ilusões democráticas, tem sido de grande importância, hoje vemos que esse trabalho entronca com as tendências mais profundas das massas, que recorreremos à linha correta. Na contracapa deste jornal reproduzimos as capas de alguns exemplares da nossa imprensa deste ano em que nos orientávamos nesta perspectiva correta.

Só um governo operário-camponês (ditadura do proletariado) no poder como representação da grande maioria nacional timoneada pela classe operária será uma expressão verdadeiramente democrática e poderá resolver todos os problemas que coloca esta crise terminal do capitalismo.

A burguesia com todas as suas expressões domina a política nacional, e fracassou, não pôde tirar o país do atraso, não pôde independizá-lo do imperialismo, nem poderá fazê-lo. Está esgotada e deve ser desalojada do poder. Sua sobrevivência nos levou à ruína e nos fará conhecer padecimentos superiores. Nem sequer é possível que reedite um governo como o de Perón, timidamente nacionalista.

A classe operária é a única classe que tem o programa que permite resolver as questões democráticas, nacionais e sociais no marco da revolução social, acaudilhando o resto dos explorados, terminando com a propriedade privada dos meios de produção, hoje em mãos das multinacionais. A classe operária não tem ataduras com o regime de exploração do trabalho, para poder liberar-se de suas cadeias necessita liberar ao conjunto da sociedade.

A classe operária sabe como fazer funcionar os hospitais, as fábricas, as escolas, os barcos, os trens, em benefício da grande maioria da população. Ganhará para esta tarefa os melhores profissionais, dispostos a por seus conhecimentos a serviço da transformação da sociedade sobre outras bases.

A classe operária utilizará como alavanca para o desenvolvimento de seu regime as lutas

e as conquistas da classe operária in-

ternacional e as lutas de todos os oprimidos que se rebelam contra o imperialismo que atravessa sua etapa final de desagregação e descomposição.

A burguesia está em crise não só na Argentina como em todo o planeta, o que condiciona as possibilidades de sair em seu resgate, as principais potências se encontram simultaneamente em processos recessivos, com quebras crescentes, com crescimento nas taxas de desemprego. Por isso também sua preocupação pelo contágio em outros países da ação formidável de massas.

## **A irrupção das classes médias**

O painel se denomina assim pelo ruído ensurdecedor de dezenas de milhares de

panelas soando durante horas, (uma música maravilhosa), pelo instrumento que tem a maioria em suas mãos, mas se o associa também a um protesto pacífica da classe média.

A imprensa burguesa pretende diferenciar uma suposta mobilização de massas da ação de "setores violentos" que teriam intervido depois de cada painel, vindos quem sabe de que país.

Os mais radicalizados formam parte da mobilização geral, são parte dela, majoritariamente jovens, filhos dessa mesma classe média, e atacam quantas sedes bancária e multinacional encontram no caminho. Identificando claramente a responsabilidade do parasitismo bancário com o desastre do país, e não só os governantes.

O enfrentamento com a polícia, a luta dura por ganhar-lhes a Praça em cada oportunidade começou desde a primeira hora da noite do 19 de Dezembro, em que pese aos interessados em dividir a mobilização ou aqueles que crêem que o regime se alcança ao se opor-lhe uma resistência tipo ghandiana.

A classe média das cidades se integra majoritariamente com trabalhadores assalariados, bancários, docentes, judiciários, empregados de comércio, estatais, das empresas de serviços, da saúde, profissionais assalariados, que foram proletarizados.

Este setor é imprescindível para desenvolver uma política operária que permita ganhar os outros setores de classe média empobrecida, os profissionais

independentes, os pequenos comerciantes etc.

As classes médias urbanas e rurais de comerciantes e pequenos produtores não têm um programa para o conjunto da Nação, sua relação com a propriedade privada, o tipo de atividade econômica que desempenham, determina sua impossibilidade de colocar um programa que abarque a todas as classes sociais oprimidas.

As relações de produção se encontram enclausuradas dentro dos limites da propriedade privada dos meios de produção. Para liberar as forças produtivas é necessário terminar com o regime da propriedade privada, é isso o que está colocado como saída desta crise terminal.

Esse setor arruinado pela crise geral da economia, que em muitos casos vive igual ou pior que um assalariado, não leva em suas entranhas nenhum germe de uma nova sociedade, e sim sua perspectiva se esgota nos marcos do capitalismo.

As classes médias oscilam entre a burguesia e o proletariado. Há 10 anos foram a base social essencial para a implementação dos planos privatistas de Menem e hoje rechaçam aquela política. Ontem eram entusiastas democratas convencidos das bondades da democracia que havia que aperfeiçoar e aprofundar, hoje ignoram as eleições, os partidos, as instituições etc.

O questionamento se estende não somente ao governo e aos politiquieiros do Congresso mas também às autoridades da Justiça, verdadeiro tribunal da impunidade.

A consigna contra a Corte Suprema de Justiça lançada pelos profissionais liberais e pelos trabalhadores da Justiça, conseguiu se generalizar, assinalando a Corte como um cúmplice direto da política que se desenvolveu contra as massas. O que evidencia a crescente politização desses setores.

Enquanto questionavam a forma de fazer política dos políticos, estavam dando uma aula magistral de como fazer política de massas, coordenando suas ações, levantando barricadas, bloqueando avenidas, fazendo fogo nas esquinas, enfrentando a repressão, para golpear uma e outra vez sobre o governo de turno. Isso é muito mais que um simples e pacífico panelaço.

Em todas as cidades, em todos os bairros se vive um espírito deliberativo, de assembléia, aonde cada setor leva suas reivindicações e trata de colocar um caminho a seguir.

Os aparatos eleitoreiros da esquerda também são questionados por seu aparatismo porque aparecem vinculados à busca oportunista do apoio eleitoral.

Enquanto um setor das classes médias não logra superar o terreno de suas reivindicações individuais, toda uma franja evolui e incorpora as reivindicações que representam o conjunto dos oprimidos, entre elas um setor amadurece politicamente relacionando suas reivindicações com a luta política. Essa franja há que ganhar-se para o programa revolucionário.

Não esqueçamos que em outras épocas de radicalização das classes médias estas evoluíram para posições ultraesquerdistas-reformistas, produto de sua impotência para dar uma resposta aos problemas gerais da sociedade e a ausência de uma clara referência proletária que pudesse ganhá-las.

A política revolucionária entende que é de fundamental importância para o futuro da revolução este processo que se vive e se deve entender todos os pontos para que se aprofundize a relação com a classe operária e sua estratégia de poder.

Esta atitude das classes médias urbanas e rurais é excepcional e demonstra como estamos entrando em uma situação revolucionária.

### **As medidas urgentes que há que adotar:**

1) Trabalho genuíno para todos os trabalhadores já, fazem falta 5 milhões de postos de trabalho, queremos trabalho! O desemprego é o principal drama da sociedade e se agrava a cada dia.

Enquanto se resolve a divisão do trabalho, o Estado deve garantir um subsídio aos trabalhadores desempregados que cubra completamente a cesta familiar, sem contraprestação. A adoção destas medidas simples permite resolver de forma imediata o principal problema da população e dará um enorme impulso à economia deprimida porque não existe o consumo popu-

lar.

- eliminação de todas as horas extras, jornada máxima de 8 horas diárias e 40 semanais,

- divisão de todas as horas de trabalho disponíveis entre todos os trabalhadores sem afetar o salário.

- Plano imediato de obras públicas sob controle dos trabalhadores, plano hidráulico para as zonas inundáveis, 4 milhões de casas para os setores mais humildes, construção de todas as escolas e hospitais que fazem falta, recolocar todos os trilhos levantados para reestabelecer os serviços ferroviários. A reestatização das privatizadas deve reincorporar todos os trabalhadores demitidos.

- Impedir suspensões e demissões. Expropriação imediata de toda empresa que atente contra a estabilidade do emprego

- Efetivação de todos os trabalhadores contratados no Estado e nas empresas privadas.

2) Aumento imediato de salários e aposentadorias, o mínimo deve cobrir o custo da cesta familiar, revogação de todas as reduções salariais. Nenhuma restrição para cobrar integralmente salários e aposentadorias.

3) Nem um dólar para a dívida externa, desconhecimento total da dívida externa, nacionalização de toda a rede bancária sob controle dos trabalhadores. Terminar já com a pátria financeira.

4) Educação e saúde públicas e moradia para todos. Orçamento suficiente para atender todas as necessidades da população.

5) Reindustrializar o país sob controle dos trabalhadores. Terminar com a importação indiscriminada que destrói nosso trabalho e os trabalhadores

6) Expropriar as multinacionais, as privatizadas, os latifundiários, base dos governos de Menem-De la Rúa.

Estas medidas devem ser impostas pela luta generalizada, mediante a ação direta de massas. Os governos capitalistas que destroçaram o país trabalham no sentido contrário dessas medidas elementares.

(enviado pelo POR argentino, membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional)